

Direcção Regional de Agricultura
e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Louvor n.º 501/2007

A actividade profissional marca qualquer um de nós.

Marca sobretudo quando é direccionada para pessoas e causas, é longa e percorreu períodos ou processos de profundas alterações políticas e sociais e se desenvolveu em diversos países, e foi pautada por valores e dadas pessoais.

Ao transitar para a situação de reforma completando a «jovem idade de 70 anos», louvo o técnico profissional especialista Eugénio Serrão Bettencourt, «o Bettencourt da formação profissional da zona agrária das Caldas da Rainha», pelo seu profissionalismo, dedicação, disponibilidade e amizade, que soube cultivar com todos com quem trabalhou e se relacionou, qualidades de que se poderá orgulhar e que são um exemplo marcante de bem servir a causa pública.

5 de Setembro de 2007. — O Director Regional, *José António Canha*.

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Despacho (extracto) n.º 22 146/2007

Por despacho do director regional-adjunto de Agricultura e Pescas do Alentejo de 4 de Setembro de 2007, foi Albino José Canhão Borges, técnico profissional de 2.ª classe da carreira de técnico profissional, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, promovido automaticamente, independentemente de concurso, a técnico profissional de 1.ª classe da carreira de técnico profissional, ao abrigo do disposto no artigo 15.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 10/2004, pelo facto de ter obtido classificação de *Excelente* na avaliação de desempenho referente ao ano de 2006 e, à data de 31 de Dezembro de 2006, já ter decorrido o último ano do período de tempo necessário à promoção.

A presente nomeação produz efeitos à data da aceitação da nomeação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Setembro de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Despacho (extracto) n.º 22 147/2007

Por despacho do director regional-adjunto de Agricultura e Pescas do Alentejo de 4 de Setembro de 2007, foi Jorge da Silva Claro Solas, técnico especialista da carreira de engenheiro técnico agrário, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, promovido automaticamente, independentemente de concurso, a técnico especialista principal da carreira de engenheiro técnico agrário, ao abrigo do disposto no artigo 15.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 10/2004, pelo facto de ter obtido classificação de *Excelente* na avaliação de desempenho referente ao ano de 2006 e, à data de 31 de Dezembro de 2006, já ter decorrido o último ano do período de tempo necessário à promoção.

A presente nomeação produz efeitos à data da aceitação da nomeação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Setembro de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Despacho (extracto) n.º 22 148/2007

Por despacho do director regional-adjunto de Agricultura e Pescas do Alentejo de 4 de Setembro de 2007, foram Ana Teresa Reinhardt Beirão da Veiga e Maria João Caldeirinha Roma Gomes da Silva, técnicas superiores de 1.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, promovidas automaticamente, independentemente de concurso, a técnicas superiores principais da carreira de engenheiro, ao abrigo do disposto no artigo 15.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 10/2004, pelo facto de terem obtido classificação de *Excelente* na avaliação de desempenho referente ao ano de 2006 e, à data de 31 de Dezembro de 2006, já ter decorrido o último ano do período de tempo necessário à promoção.

A presente nomeação produz efeitos à data da aceitação da nomeação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Setembro de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

**MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

Delegação de Transportes de Lisboa

Aviso n.º 18 044/2007

Por despacho de 22 de Agosto de 2007 do subdirector-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, em substituição, nos termos do n.º 2 do artigo 41.º do CPA, foi autorizado o cancelamento da carreira de serviço público entre Lisboa (Praça do Chile)-Moscaide (centro), alvará n.º 5544, em nome de Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A., com sede na Rua do 1.º de Maio, 101-103, Lisboa.

6 de Setembro de 2007. — Pela Directora, a Chefe de Secção, *Maria Fernanda Pinto*.

2611048122

**MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**

Direcção-Geral da Segurança Social

Declaração (extracto) n.º 242/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3 à inscrição n.º 100/88, a fl. 29 do livro n.º 4 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 24 de Maio de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Centro Comunitário da Quinta do Conde;
Sede — Rua de José Relvas, lote 640, Quinta do Conde;
Fins — Cooperar no apoio à família e à comunidade.

12 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Secção, *Palmira Marques*.

2611048076

Declaração (extracto) n.º 243/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2 à inscrição n.º 108/2004, a fls. 109 e 109 v.º do livro n.º 10 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 25 de Maio de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Centro Social da Torre;
Sede — Quintas da Torre, Fundação, Castelo Branco.

12 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Secção, *Palmira Marques*.

2611048073

Declaração (extracto) n.º 244/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2 à inscrição n.º 78/2001, a fls. 175 v.º e 176 do livro n.º 8 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 2 de Agosto de 2007, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta nomeadamente o seguinte:

Denominação — SEIVA — Associação ao Serviço da Vida;
Sede — Rua de Gil Vicente, 138-142, Porto.

12 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Secção,
Palmira Marques.

2611048087

Declaração (extracto) n.º 245/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2 à inscrição n.º 118/2000, a fl. 103 do livro n.º 8 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 14 de Agosto de 2007, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta nomeadamente o seguinte:

Denominação — Comissão de Melhoramentos de Freineda;
Sede — Freineda, Almeida;
Fins — Contribuir para a promoção social da população de Freineda.

12 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Secção,
Palmira Marques.

2611048085

Declaração (extracto) n.º 246/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 1 à inscrição n.º 54/87, a fls. 128 v.º e 129 do livro n.º 3 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 3 de Abril de 2007, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Associação dos Lares Ferroviários;
Sede — Rua dos Ferroviários, Casal Saldanha, Entroncamento, Santarém.

12 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Secção,
Palmira Marques.

2611048080

Inspeção-Geral do Trabalho

Despacho (extracto) n.º 22 149/2007

Por despacho de 31 de Agosto de 2007 do inspector-geral do Trabalho, foram os licenciados Emanuel José Cortes Gomes, Noélia Maria Menaia Condeço, Ana Sofia Nabais de Carvalho Bernardo dos Santos, Adelaide Maria do Carmo Azevedo, Maria Alzira Morgado Mendes Pedro Ferreira, Luís Alberto da Conceição Moreira, Maria da Conceição Gonçalves Catalão, Maria Margarida de Couto e Castro Figueiredo dos Santos Ribeiro, José Manuel Pinto Fernandes, João Domingos Matias Marques Tavares, Paula Cristina Farinha Cartaxo, Sérgio José Costa Antunes, Joaquim Faria Fartaria, Anabela Ferradosa Saldanha Pires Gonçalves, Anabela Pereira Martins, Sandra Maria Vidal de Lemos Magueta, José Carlos Peres Aires de Matos, Lília do Céu Pereira Condado, Maria Luísa Marçal Monteiro de Carvalho, Pedro António Soares Marques da Costa, Jorge Manuel Soares Ribeiro Mimoso, Isabel Maria Barradas Côrte-Real Santiago, Amândio da Cruz Gomes do Rego, Maria Cândida Gonçalves dos Santos Marques, Corina Barreiros Farias, Teresa Paula Infante Carreira Manhoso Meneses Cardoso, Paula Marisa Júlio Carapinha Pinho, Carla Maria Silva Cardoso Monteiro, Maria João Medeira da Graça, Paula Maria Valinhas Gomes dos Reis, Adélia da Assunção Mariano, Filomena Maria da Silva Martins Nunes Ramos, Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho, Ana Luísa Machado Leão, Guilhermina Maria Fernandes Coelho, Mafalda Isabel Cardoso da Fonseca Ferrão,

Diana de Sousa Policarpo, Isabel Sofia Ramos de Oliveira, Helena Maria Antunes Relvas, Maria de La Salette Gonçalves Pires, Ana Luísa Ribeiro Pontes Oliveira, Marisa de Castro Monteiro de Oliveira, Albina Martins da Silva, Ana Isabel Franco Diniz Correia, Iracema Maria do Nascimento Correia, Cidália Maria de Andrade Soares, Sílvia dos Santos Silva, Paulo Jorge dos Santos Lima, Carla Sofia Lucas Marques, Paula Alexandra do Nascimento Horta, José Manuel e Silva Gomes, Maria Augusta Esteves Galego, Maria Eugénia Baptista Martins, Maria Amélia Pereira de Almeida, Ricardo Luís Mafrá Ceia, António José de Almeida Silva Neves, José Paulo Ferreira de Carvalho, Teresa Maria Miranda de Freitas, Maria Norberta de Abreu Ferreira Grilo e Anabela Saleiro Morais Oliveira, inspectores do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, nomeados definitivamente, precedendo concurso, na categoria de inspector principal do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a partir da data do despacho nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA, ficando exonerados da anterior categoria a partir da mesma data, e os licenciados Joaquim Carlos Magalhães Albuquerque, inspector principal, e Sara Isabel Louzeiro Fialho Borralho, inspectora, do quadro de pessoal da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, nomeados definitivamente, precedendo concurso, na categoria de inspector principal, do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, ficando exonerados da anterior categoria e quadro a partir da data da aceitação do lugar. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Setembro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar.*

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Segurança Social de Leiria

Despacho n.º 22 150/2007

Por despacho de 28 de Setembro de 2006 do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., Dr. José Silva e Sá, proferido em substituição do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., Dr. António Nogueira de Lemos, foi autorizada a transferência da assistente administrativa principal Susana Mónica dos Santos Oliveira, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, do quadro de pessoal dos Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social para o quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Centro, a afectar ao Centro Distrital de Segurança Social de Leiria, ficando exonerada do quadro de pessoal anterior com efeitos a 1 de Outubro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Setembro de 2007. — O Director, *José Fernando Oliveira Gonçalves.*

Centro Distrital de Segurança Social de Santarém

Despacho n.º 22 151/2007

Delegação de competências

1 — Nos termos do disposto no artigo 35.º do CPA e do constante do despacho n.º 1869/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 24 de Janeiro de 2006, delegeo, em aditamento às competências constantes neste último e nos seus exactos termos, com autorização de subdelegação na directora da Unidade de Prevenção e Apoio à Família, licenciada Maria Amália de Almeida Firmino Purificação Morgado, a competência para a decisão dos processos de prestações de desemprego, bem como, a sua suspensão e cessação, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro.

2 — A presente delegação de competências é de aplicação imediata e, por força da sua entrada em vigor, ficam desde logo ratificados todos os actos entretanto praticados, no âmbito das matérias abrangidas pela legislação em vigor e ainda no âmbito do já revogado Decreto-Lei n.º 119/99, de 14 de Abril, na sua última redacção, ao abrigo e nos termos do artigo 137.º do CPA.

4 de Setembro de 2007. — A Directora, *Anabela Santos Rato.*